



ESTRATÉGIA DOS EUA NA ÁREA DO CARIBE

Clarke M. Brintnall

A GUIA DE INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é uma área de grande impacto na estratégia de diversos países e alianças: a América Central e o Caribe. Nela, a estratégia dos Estados Unidos não é apenas militar, mas abarca elementos políticos, econômicos, sociais e militares, voltados para o alcance de um objetivo.

Como militares profissionais devemos nos preocupar principalmente em preparar as Forças Armadas para o combate. Devemos nos lembrar, entretanto, do conselho de Clausewitz, "O combate é a única força efetiva na guerra; seu objetivo é destruir as forças inimigas como meio para um fim remoto". E como observou a historiadora Barbara Tuchman: "O

que motivou os cavaleiros da Idade Média a irem à guerra foi o desejo de realizar feitos valorosos, e não a conquista de um fim político pela força das armas. Preocuparam-se com a ação e não com o objetivo desta... razão pela qual este raramente foi alcançado." Cinquenta anos antes de Clausewitz o marechal Maurice de Saxe já dizia: "Raríssimos são os homens que se preocupam com os relevantes problemas da guerra. Passam a vida treinando tropas e acreditam ser este o único aspecto da arte militar. Quando assumem o comando de exércitos revelam-se totalmente incapazes, faltando-lhes conhecimento sobre o que deve ser feito. Não sabem o que deveriam saber." Como o coronel Harry Summers do exército norte-americano salientou em seu livro intitulado "On Strategy": "Fize-

mos no Vietnam o que sabíamos, e fomos bem sucedidos em tudo o que decidimos realizar. Mas, como vimos, o nosso fracasso estratégico tornou irrelevante essa capacidade. Devemos nos lembrar dessa lição ao voltarmos os olhos para o futuro. O primeiro princípio da guerra é o do objetivo. É o princípio de guerra fundamental porque dele derivam todos os demais. É o equivalente na estratégia ao enunciado da missão em tática e devemos submetê-lo à mesma rigorosa análise tal como o fazemos nos domínios da tática. Como determinar os objetivos militares dos Estados Unidos é tarefa básica do estrategista militar, daí ser crítico o relacionamento entre os objetivos militares e políticos. Os objetivos políticos não podem limitar-se a chavões vagos; precisam ser formulados em termos concretos. Considerando que tais objetivos são mutáveis no curso da guerra, é essencial que partamos com a compreensão de onde pretendemos ir. Como disse Clausewitz: "Não devemos dar o primeiro passo sem antes considerar o último."

Nossa intenção, hoje, é, primeiramente, examinar nossos interesses no campo da segurança na América Central e no Caribe. Em segundo lugar, apreciar as ameaças existentes naquela região. Terceiro, determinar o envolvimento soviético e cubano no local e, finalmente, analisar a estratégia usada para atingirmos nossos objetivos.

Segundo o relatório da Comissão Nacional Bipartidária sobre a América Central, essa área tem sido vista há algum tempo pela gran-

de maioria dos norte-americanos da mesma forma como o novo mundo foi encarado pela Europa no século XVI: uma terra incógnita. Provavelmente poucos, incluindo até mesmo os mais eruditos, são capazes de citar os nomes de todos os países da América Central e suas capitais, e muito menos dizer algo sobre sua história política e social. Mas esta lacuna está sendo sanada rapidamente, e por um bom motivo. A crise é real e elevados os riscos para os Estados Unidos, para o Hemisfério e, particularmente, para o povo da América Central.

É verdade que outras partes do mundo estão agitadas. Algumas, como o Oriente Médio, acham-se verdadeiramente em crise, mas a da América Central causa um impacto bem maior nos Estados Unidos por vários motivos.

Primeiro, porque a América Central é nosso vizinho mais próximo e, devido a isso, envolve de maneira crítica nossos próprios interesses de segurança. Mais do que isso, no entanto, é o fato de que, o que acontece perto de nossas costas apela diretamente à nossa consciência. História, contiguidade, consanguinidade... Tudo isto nos une ao resto do Hemisfério Ocidental. Eles também nos unem particularmente às nações da América Central. Quando Franklin Roosevelt proclamou o que chamou sua "Política da Boa Vizinhança", aquilo foi mais do que uma frase. Foi um conceito que atinge o âmago das relações civi-

lizadas não somente entre pessoas mas também entre as nações. Quando nossos vizinhos enfrentam problemas, não podemos cerrar os olhos e continuar sendo honestos para conosco mesmos.

Segundo, a crise desperta a nossa atenção porque temos condições de alterá-la. Devido ao pequeno tamanho dessas nações e à sua proximidade, os esforços que seriam mínimos em situações semelhantes, neste caso, causam um grande impacto.

Terceiro, quaisquer que sejam os custos a curto prazo de se agir logo, serão certamente bem menores do que os custos a longo prazo se protelarmos essa ação.

Quarto, uma grande potência pode escolher a que desafio reagir, mas não pode determinar de onde este surgirá, nem quando. Tampouco pode evitar a necessidade de uma escolha deliberada: uma vez desafiada, a decisão de não reagir torna-se tão conseqüente quanto a de se reagir. Estamos sendo desafiados agora na América Central.

Quinto, talvez os Estados Unidos devessem ter prestado maior atenção à América Central mais cedo. Talvez, no decorrer dos anos, devêssemos ter intervindo menos, ou mais, ou de modo diferente, mas tudo isso são questões hipotéticas. Defrontamo-nos agora com o problema do que poderá ocorrer quaisquer que sejam suas raízes no passado, a crise na América Central af está presente, e resolvê-la satisfatoriamente é vital para o futuro.

Sexto, a solução dos problemas da América Central dependerá, afinal, dela mesma. Ela precisa da nossa ajuda, mas somente esta não será suficiente. Reformas internas, assistência externa, esforços próprios, e mudanças na política econômica . . . São necessários e deverão ser coordenados. E todas as outras nações capazes de colaborar, não só neste hemisfério mas da Europa e Ásia também, deverão conjugar seus esforços.

Sétimo, a crise não esperará. Não há tempo a perder.

INTERESSES DE SEGURANÇA

Antes de examinarmos os interesses de segurança dos Estados Unidos na região, vejamos a nossa definição da *Área do Caribe* ou "Caribbean Basin".

A *Área do Caribe* abrange o México, a Venezuela, a Colômbia, o Caribe propriamente dito e o norte da América do Sul, além dos países da América Central. Esses países são nossos vizinhos mais próximos — Washington, por exemplo, encontra-se mais perto da Costa Rica do que de São Francisco —, e formam, de maneira bem mais nítida, nossa "Terceira Fronteira". A importância dessa área contígua e sua localização geoestratégica não passam despercebidas pelos planejadores soviéticos que, muito acertadamente, a qualificam de nossa "Retaguarda Estratégica". É uma área com a qual estamos intimamente ligados por força de nossa fronteira mexicana, costa do Golfo, Porto Rico, Ilhas Virgens e o crítico Canal

do Panamá. Nossos laços são mais do que apenas geográficos. Alicerçam-se na história, na cultura, na imigração, no comércio, em investimentos e na necessidade de defesa comum. Se esta área contígua estiver ameaçada, os Estados Unidos serão afetados. Se for ameaçada, nós nos sentiremos ameaçados.

Importância econômica

Aproximadamente metade de nossas importações e exportações totais, representando mais de dois terços, do nosso comércio exterior marítimo, passa pelas vitais rotas comerciais do Canal do Panamá, do Caribe, e do Golfo do México. Dos onze mil navios que cruzam o Canal do Panamá anualmente, cerca de 60% transportam cargas dos e para os portos dos Estados Unidos, o que representa 1/4 do total das nossas importações marítimas.

As rotas comerciais do Caribe são de especial importância para a economia norte-americana, uma vez que três quartos de nossas importações de petróleo se fazem por elas. Enquanto parte desse petróleo provém da área do próprio Caribe, principalmente do México e da Venezuela, a maior parte é transportada do Golfo Pérsico e outras fontes produtoras para cerca de doze portos no Caribe, que servem como ponto de baldeação para os superpetroleiros que levam o petróleo destinado às refinarias dos Estados Unidos. Os superpetroleiros têm que descarregar o petróleo nos locais de baldeação para pequenos petroleiros já que o litoral leste dos Estados Unidos

não possui nenhum porto com profundidade suficiente para grandes petroleiros. Outros superpetroleiros entregam o óleo cru a numerosas refinarias localizadas no interior do Caribe. Instalações como a de Curaçao podem processar aproximadamente cinco milhões de barris de óleo cru por dia. Os produtos refinados são então transportados por petroleiros de pequeno porte para portos norte-americanos da costa leste e do Golfo. Quase a metade do petróleo bruto oriundo do Alasca passa pelo Canal do Panamá em pequenos petroleiros ou corre pelos recém-construídos oleodutos que atravessam o Panamá, a fim de que seja embarcado em petroleiros ainda menores no Caribe.

Além de nossas rotas vitais de petróleo passarem pelo Caribe, mais da metade de nossas importações de minerais estratégicos se faz através do Canal do Panamá ou das vias marítimas daquela área. Virtualmente todo suprimento dos Estados Unidos (quase 90%) de cobalto, manganês, titânio e cromo, todos vitais para a indústria ou uso militar, vem diretamente dos países do Caribe ou da África através da rota de comércio normal que cruza o Caribe. Os países do Caribe também suprem 3/4 das necessidades de alumínio dos Estados Unidos.

O comércio dos Estados Unidos com os países da área do Caribe e cerca de 1/8 (um oitavo) do comércio mundial dos Estados Unidos (exportação mais importação) e também os valores em dólares são substanciais — quase 68 bilhões

de exportações e importações em 1982.

Finalmente, a importância econômica da área do Caribe para os Estados Unidos tem aumentado de forma dramática durante a última década, na medida em que os Estados Unidos transferiram sua dependência em petróleo importado do Oriente Médio para a América Latina.

Enquanto as importações da OPEP diminuíram, as da América Latina e Caribe aumentaram. Excluindo a Venezuela, país membro da OPEP, a quota norte-americana de importação de óleo bruto e produtos refinados da América Latina e do Caribe, aumentou de 17 para 27% entre 1977 e 1984. Incluindo-se a Venezuela, esse total eleva-se a 37%. As importações de petróleo do México, em particular, assumiram maior importância, crescendo de dois por cento em 1977 para os atuais 14 por cento.

Importância estratégica

Recentemente, a atenção mundial tem se concentrado na possibilidade do fechamento do Estreito de Hormuz, ponto vital no Golfo Pérsico. Menos divulgada, mas de igual importância, é a possibilidade de interrupção pelos nossos adversários das estratégica e economicamente vitais rotas marítimas do Caribe.

Há muito que a importância estratégica e a vulnerabilidade das rotas marítimas da área vêm sendo reconhecidas. Thomas Jefferson, por exemplo, compreendeu o valor estratégico do Caribe quando

destacou que quem dominasse a ilha de Cuba, exerceria o controle efetivo sobre todos os navios chegando ou partindo do porto de Nova Orleans.

Como nação, não estamos acostumados a ver ameaças a segurança dos Estados Unidos em nossa própria vizinhança, mas exemplos passados sugerem que possam se verificar.

Nos primeiros seis meses do envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, devido às nossas fracas defesas no Caribe bem como às nossas rotas vitais expostas, alguns submarinos nazistas, sem possuir qualquer base naval naquela área, afundaram no Caribe 114 navios pertencentes às forças aliadas, mais tonelagem do que toda a frota alemã colocou a pique no Atlântico Norte.

Atrevidos e impunes, os submarinos alemães bombardeavam refinarias em Aruba e aguardavam navios que transitavam no Canal do Panamá, rumo ao Caribe. A importância logística do Caribe rapidamente tornou-se evidente, quando mais de 50% dos suprimentos e reforços, destinados aos teatros europeus e africanos, transitaram pelos portos do Golfo do México.

Hoje, no caso de uma crise na Europa, uma quantidade significativa de reforços, bem como metade do material necessário para ressuprir os aliados da OTAN, partirão desses mesmos portos do Golfo.

Não se trata de mera coincidência o fato de que a União Soviética está aumentando de forma dramática sua ajuda militar a

Cuba. Os objetivos da União Soviética e Cuba nesta região são complementares. Os soviéticos fornecem anualmente a Cuba mais de 4 bilhões de dólares em assistência econômica e cerca de 600 milhões em assistência militar. Quase 15.000 soviéticos protegem os seus investimentos em Cuba, incluindo 2.800 conselheiros militares, uma brigada de 2.800 homens e 2.100 pessoas que operam a mais sofisticada instalação de informações e comunicações fora da União Soviética. O bloco soviético forneceu a Cuba cerca de 270 aeronaves de combate a jato e instrutores, 70 helicópteros incluindo muitos de ataque, da ordem de 950 carros de combate, 800 peças de artilharia, 200 lançadores de mísseis superfície-ar, 2 fragatas classe Koni, 3 submarinos de ataque, 40 barcos de patrulha de mísseis e diversas embarcações de patrulhamento, e até barcas de desembarque anfíbias. As entregas de equipamento militar alcançaram anualmente cerca de 60.000 toneladas métricas nos últimos quatro anos.

Pergunta-se: qual seria a relevância disso? Cuba ameaçaria derrotar os Estados Unidos em um confronto militar? Se a resposta é, obviamente, não, então por que dar-se tanta ênfase ao poder militar de Cuba? Para responder esta pergunta, devemos analisar a doutrina soviética, de atacar a retaguarda estratégica, e, a particular vulnerabilidade do flanco sul dos Estados Unidos, nossa retaguarda estratégica. Vivemos em um mundo sistêmico e interdependente, e

os soviéticos reconhecem a importância daquela área para os Estados Unidos, talvez bem maior do que a atribuída por nós no passado. Os planejadores estratégicos soviéticos consideram ter uma presença militar cada vez maior e permanente no Caribe, como um excelente meio de neutralizar estrategicamente os Estados Unidos. Caso os soviéticos decidam atacar a Europa Ocidental com sua base industrial de tecnologia avançada, fariam-no quase inesperadamente em um esforço de apresentar a OTAN um "fait accompli". A estratégia do Ocidente para enfrentar tal agressão será a de impedir o avanço dos blindados e soldados do Pacto de Varsóvia, com o poder conjunto dos Estados Unidos e seus aliados da OTAN, até a chegada de reforços dos Estados Unidos. Assim, reforços imediatos tornam-se vitais, sem os quais poder-se-á considerar a Europa Ocidental perdida, sob o ponto de vista militar, a presença de fato dos soviéticos no Caribe facilitaria esse gigantesco ataque convencional soviético.

Em suma, Cuba tornou-se uma significativa potência militar com capacidade de retardar o reforço da OTAN em tempo de guerra. Em face ao desequilíbrio de forças convencionais existentes entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, esse retardo poderia ser decisivo. Além disto, a vulnerabilidade do nosso flanco sul é um assunto de séria preocupação já que nossa capacidade de projetar o poder militar dos Estados Unidos na Europa, no Oriente Médio e no Extremo

Oriente, efetivamente, sempre esteve na dependência da manutenção da segurança do flanco sul.

O envolvimento da União Soviética e de Cuba

A tão chamada "Síndrome pós-Vietnã", e outros reveses geopolíticos dos anos 70 encorajaram os soviéticos e seus satélites, tendo Cuba como principal executante, a desencadear um movimento sem precedentes para desestabilizar e exercer influência sobre cada possível estado independente da região. Os objetivos finais são muito simples:

- desacreditar os Estados Unidos e amigos mais visados.
- Obter influência dominante sobre o desenvolvimento político-militar na área.
- Apoiar elementos simpatizantes destas idéias pertencentes à esquerda radical para conquistar o poder.
- Estabelecer, eventualmente, governos totalitários títeres.

Como o relatório da comissão nacional bipartidária sobre a América Central observou: "Movimentos de reforma nativistas mesmo revoluções populares, não constituem propriamente uma preocupação para a segurança dos Estados Unidos. A história nos dá exemplos de genuínas revoluções populares, cujas origens provêm totalmente de movimentos nativistas. Neste hemisfério o México é um

exemplo claro. Mas durante as duas últimas décadas nós nos desparamos com um novo fenômeno. A união do poder dos soviéticos e cubanos para estender sua influência e presença nas áreas vulneráveis do Hemisfério Ocidental é uma ameaça direta aos interesses de segurança dos Estados Unidos. Este tipo de insurreição está presente na América Central hoje."

Na América Central, os soviéticos recordam as lições aprendidas no passado. Por exemplo, eles dão grande ênfase às lições de Cuba e exaltam o sucesso de Castro, como o começo do fim da influência dos Estados Unidos na América Latina. Eles se apressam em apontar, acertadamente, que Cuba escolheu a solução marxista-leninista por si mesma. Entretanto, uma vez Castro no poder, os soviéticos se apressaram a dar assistência e a consolidar seu governo.

Se Cuba representa um caso de sucesso para os soviéticos no Hemisfério, certamente o Chile tem sido causa de grande preocupação sobre o que não deu certo. Embora tivessem pouco a ver com a vitória eleitoral de Salvador Allende em 1970, os soviéticos viram isto como um prenúncio de coisas que estariam por ocorrer. Os russos são dedicados estudantes de História, e estão determinados a impedir que os fatores, julgados por eles responsáveis pela queda de Allende em 1973, não se repitam em lugar algum. A principal lição que os soviéticos tiraram da experiência chilena, como foi revelado nos relatórios e estudos do Instituto

do Kremlin para a América Latina, é que uma vez tendo Allende chegado ao poder via um processo democrático, a sua vitória deveria ser consolidada pela força, a fim de permitir a eliminação de elementos "contra-revolucionários" tais como os militares e a polícia.

Os soviéticos e os cubanos estão agora trabalhando de comum acordo para atingir o que Castro não logrou conseguir na América Latina nos anos 60... Fomentar a revolta para instalar governos marxistas-leninistas. Eles aprenderam muito a respeito de ambas as partes, reciprocamente, nos últimos vinte cinco anos e estão assiduamente aplicando as lições aprendidas de seus sucessos e falhas.

El Salvador é o objetivo imediato, mas Cuba não ficará somente com aquele país. Juntamente com os soviéticos, Cuba vê a inevitabilidade de uma América Latina comunista. Julgando pelas táticas das guerrilhas apoiadas por Cuba em El Salvador, entretanto, o objetivo não é solucionar problemas endêmicos que alimentam os movimentos insurrecionais. Ao contrário, procuram exacerbá-los visando a que o povo retire seu apoio ao governo, dado este não poder protegê-lo. É uma implacável estratégia niilista, baseada na premissa de que o país deve ser destruído antes que ele possa ser "salvo". Destruindo a ordem, os choques do terror afetam os fundamentos da autoridade, provocando ações de contra-terrorismo. Como Carlos Marighella escreveu em seu clássico tratado terro-

rista, *Mini-Manual da Guerrilha Urbana*, as guerrilhas podem transformar "a situação política do país... Em uma situação militar na qual os militaristas aparecem mais e mais como responsáveis pelo terror e pela violência, enquanto os problemas na vida do povo se tornam verdadeiramente catastróficos".

Antes de discutir a questão de El Salvador, algumas considerações se fazem necessárias sobre a Nicarágua, o principal laboratório para a aplicação das lições de Cuba e do Chile. Recordemos as manchetes da primavera e do verão de 1979, quando os sandinistas lutavam para derrubar a ditadura de Anastácio Somoza. Seu regime altamente corrupto provocara uma oposição amplamente difundida, e os sandinistas recebiam um extensivo apoio de outros países latino-americanos, notadamente o Panamá e a Venezuela. Além da Costa Rica, permitiram que seus territórios fossem usados como local de refúgio e base de operações. Os Estados Unidos pressionaram a fim de que Somoza renunciasse, e finalmente, suspenderam a entrega de equipamento militar.

Quando Somoza caiu, havia um sentimento generalizado de que os verdadeiros democratas haviam triunfado contra uma dinastia de 45 anos.

Os sandinistas prometeram por escrito à OEA que fariam eleições livres e desenvolveriam um sistema político pluralista. Obviamente isto não ocorreu.

Embora fosse sabido que Castro e os membros da liderança sandinista eram intimamente ligados, Castro escondeu a extensão de seu apoio, a fim de não romper a aliança entre os marxistas e outros oponentes de Somoza. A coligação anti-Somoza era então uma clássica organização de frente, o grosso formado por não comunistas, mas com o núcleo central, o diretório sandinista, tendo uma ligação direta com o sistema de apoio comunista mundial. Muitos dos oponentes não-comunistas de Somoza, que tinham se juntado aos sandinistas, vêem-se agora afastados do governo, depois de, tardia e tristemente, concluírem que haviam sido usados e ter sido a revolução traída. A presença deles na luta contra Somoza fora decisiva, mas eles foram afastados pelos marxistas quando já não eram mais necessários. São patriotas genuinamente nicaraguenses que estão agora tentando controlar de novo a revolução roubada pelos sandinistas, cubanos e soviéticos.

Tem sido freqüentemente usado o argumento que os Estados Unidos se fizeram de surdos aos apelos de ajuda por parte dos sandinistas e por este motivo se aliaram aos cubanos soviéticos. Isto é absolutamente irreal, e a persistência deste mito é uma manifestação daquela tese soviética de desinformação: repita uma mentira com freqüência e ela será acreditada. Alguns fatos mostrarão a falsidade desta acusação.

Os Estados Unidos cortaram toda assistência militar a Somoza em seus últimos meses, exatamente

quando ele precisava mais dela. Depois que os sandinistas tomaram o poder em julho de 1979, os Estados Unidos forneceram quase 25 milhões de dólares de comida e suprimentos médicos de emergência. De julho de 1979 a janeiro de 1981, os Estados Unidos forneceram 118 milhões de dólares em ajuda econômica direta. Este montante ultrapassou em muito o que poderia ter sido propiciado por outro governo. Adicionalmente, os Estados Unidos usaram sua considerável influência no mercado internacional para gerar aproximadamente 250 milhões de dólares em assistência financeira aos sandinistas, quase o dobro do total da ajuda recebida nos últimos 20 anos. A ajuda econômica soviética foi nula durante aquele período, mas eles certamente não estavam inativos. Enquanto os Estados Unidos e outras democracias prestavam esta ajuda econômica aos necessitados e para restaurar o funcionamento dos serviços essenciais destruídos na guerra, os cubanos e soviéticos esbanjavam assistência militar.

O Kremlim, lembremo-nos, concluiu que Allende, eventualmente, fora destituído do governo chileno porque não se consolidara pela força das armas. Os soviéticos e os cubanos estavam decididos a evitar que sucedesse o mesmo aos sandinistas.

O envio de suprimentos em navios do bloco soviético à Nicarágua nos últimos 3 anos desestabilizou o equilíbrio militar na América Central. As seis remessas de equipamento militar via marítima

efetuadas em 1982 cresceram para 25 em 1983 e 37 em 1984, aumentando assim a assistência do bloco soviético. O maciço fortalecimento militar da Nicarágua intimidava seus vizinhos — Costa Rica, Honduras e El Salvador. Os sandinistas alegam que tal medida tem propósitos defensivos, para combater as forças anti-sandinistas. Mas a corrida armamentista começou antes que as forças democráticas fossem forçadas a se levantar em armas contra os marxistas leninistas que se juntaram à revolução. Mais de 18.000 toneladas métricas de equipamento militar do bloco soviético foram entregues à Nicarágua no ano passado. O inventário do equipamento militar nicaraguense inclui agora cerca de 150 carros de combate T55 e anfíbios PT76, 200 outras viaturas blindadas, mais de 50 obuses de 152 e 122 milímetros, com alcance de 17 quilômetros, 24 lançadores de foguetes múltiplos BM 21, da ordem de 65 aeronaves e helicópteros, incluindo helicópteros de ataque "HIND" M124, exportados para Cuba somente há 2 anos atrás, uns 200 canhões antiaéreos e 300 lançadores de mísseis com mais de 700 mísseis de superfície — ar. A aquisição e instalação de vários dos mais novos e sofisticados radares indicam que a preparação no sentido de concretizar as intenções declaradas dos líderes sandinistas de adquirir aeronaves avançadas está a caminho. O aeródromo de Puenta Huete, localizado ao lado do lago de Manágua, está sendo construído por centenas de trabalhadores cubanos. Terá a extensão

de uns 3.300 metros e condições de acolher qualquer aeronave soviética. Três outros aeródromos em Monte Limar — Puerto Cabezar, e Bluefields — também estão sendo melhorados. Por que a Nicarágua precisa de tais instalações?

Certamente não será para turistas, nem para exportar seu café, algodão, gado e açúcar; nem mesmo para apoiar uma pequena força aérea. Nossa preocupação é seu potencial uso por aeronaves do bloco soviético e de Cuba. Quem poderia prever há 25 anos atrás que hoje nós assistiríamos bombardeiros soviéticos "Bear" em vôo de reconhecimento, operando rotineiramente de Santo Antonio de Los Banos, Cuba?

O aspecto mais visível do fortalecimento militar da Nicarágua é o crescimento do tamanho das suas forças armadas, cujos efetivos agora oscilam em volta de 119.000 homens incluindo a polícia, as forças da reserva e segurança interna. Os sandinistas anunciaram seus planos de elevar o efetivo de suas forças para um total de 250.000 homens. Entretanto, para atingir tal cifra poderão encontrar dificuldades. As tentativas sandinistas de recrutamento já experimentaram consideráveis resistências. Em uma tentativa do exército da Nicarágua de recuperar desertores na cidade de Naragote, ao menos 80 pessoas se feriram nas lutas, entre as tropas do governo e a população da cidade. Em outro incidente cerca de 850 jovens escaparam de um campo de detenção em Ticuantepe, perto de Manágua. Os jovens foram tirados à força de ônibus

públicos por grupos de recrutamento militar sandinistas.

Havia um número superior a 9.000 cubanos na Nicarágua ajudando a consolidar o regime marxista-leninista, nos anos recentes. Atualmente o número está entre 6.000 a 7.500. Quase 3.000 cubanos atuam como conselheiros de segurança e militares. A União Soviética tem cerca de 40 conselheiros e técnicos militares na Nicarágua. Outros conselheiros vêm da Alemanha Oriental, que fornece especialistas em segurança interna, alguns provêm da Líbia e da OLP que proporciona pilotos e mecânicos e assistência à força aérea sandinista. Até mesmo da Coreia do Norte recebem alguma ajuda.

A intrusão do bloco soviético no Hemisfério Ocidental não é aventureira. Faz parte de um plano estratégico de longo alcance que envolve o treinamento anual de 14.000 estudantes das Américas na União Soviética, na Europa de Leste, e em Cuba. Por exemplo, em 1984 pelo menos 700 estudantes e 250 estagiários técnicos da Nicarágua estavam na União Soviética. Além disso, havia pelo menos 2.000 estudantes nicaraguenses em Cuba e 200 na Alemanha Oriental.

Se a corrida armamentista da Nicarágua e Cuba é causa de preocupação, a situação em El Salvador constitui motivo de contido otimismo. O governo do Presidente Duarte não só recebeu um voto de confiança dos Estados Unidos, com a aprovação dos projetos de assistência para 1984 e 1985, mas também firmou compromissos de

assistência com a Alemanha Ocidental e a Grã-Bretanha. As eleições legislativas e municipais de 31 de março constituíram um grande avanço.

As forças armadas salvadoreñas têm se tornado eficientes de modo crescente. O equipamento, a instrução e o moral das tropas vem melhorando substancialmente. Ao mesmo tempo é evidente que seus adversários guerrilheiros perderam o apoio do povo. Como resultado, sua organização está mostrando sinais de extenuação interna. Seqüestros e recrutamento forçado têm sido usados frequentemente para preencher suas fileiras. Mais de 2.000 casos de recrutamento forçado já foram relatados. Estes tão falados "recrutados" perfazem agora quase um quarto da força total da guerrilha.

Metas e objetivos dos Estados Unidos

Diante do apoio de Cuba e da Nicarágua às guerrilhas, bem como da crescente presença soviética na região, quais são os objetivos básicos da política externa norte americana na América Central?

São: preservação e promoção das instituições democráticas, desenvolvimento econômico. Diálogo e negociação e segurança para as nações ameaçadas da região.

O objetivo fundamental é a *preservação e promoção das instituições democráticas*. Francamente falando, nossos interesses estariam melhor satisfeitos se nossos vizinhos fossem democracias. As democracias protegem a liberdade

e a dignidade de seus cidadãos e não tentam impor sistemas totalitários a outros.

Nosso segundo objetivo é a Reforma e o Desenvolvimento Econômico. A política dos Estados Unidos apoia firmemente a reforma econômica e o desenvolvimento. Esta política vem sendo mantida por longo tempo. Por exemplo, os Estados Unidos forneceram \$120 milhões de ajuda à Nicarágua depois da revolução de 1979 e antes que se tornasse claro que a democracia naquela nação estava sendo destruída. Nós atualmente damos substancial assistência de desenvolvimento a América Central através de vários programas de ajuda.

A política dos Estados Unidos também apoia o diálogo e a negociação, tanto entre os países da região como dentro de cada país. Ao mesmo tempo nos opomos à divisão do poder sem eleições. A legitimidade vem da urna, não de projéteis ou propaganda, ou de eleições em que a oposição não possa ter acesso e liberdade para participar.

A iniciativa de "Contadora" e os esforços do Presidente Duarte em El Salvador oferecem dois exemplos de tal diálogo. O processo de "Contadora" cresceu de um encontro dos ministros das relações exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela em janeiro de 1983, na Ilha de Contadora, na costa do Panamá. Os encontros dos quatro países de Contadora e os cinco países da América Central levaram, em setembro de 1983, a um "Documento de

Objetivos". Este documento relacionou 21 metas sociais, políticas e de segurança a serem negociadas. Em 8 de janeiro de 1984, todos os governos participantes concordaram em criar grupos de trabalho para encontrar meios de atingir os objetivos.

Como resultado, em 8 de junho passado, uma minuta do acordo foi apresentada aos países centro-americanos. Os países então debateram suas apreciações, as quais resultaram em uma segunda minuta em 7 de setembro. Cada um dos países da América Central, com a exceção da Nicarágua, apresentou suas opiniões por escrito. A Nicarágua, entretanto, anunciou que aprovaria esta minuta *desde que não houvesse mudanças na mesma*.

Desde então, a Nicarágua tem se negado a considerar qualquer mudança substancial nesta minuta, ignorando efetivamente seus vizinhos, que estavam preocupados com a verificação de reduções dos gastos militares e com o término da subversão.

A aceitação da minuta feita a 7 de setembro foi motivo de propaganda. O regime sandinista alegou que a Nicarágua havia aceito o acordo de "Contadora" ao contrário dos outros países, o que — segundo a propaganda sandinista foi uma falha dos Estados Unidos.

Trocando a propaganda por fatos concretos, qual é a posição dos Estados Unidos com relação as negociações? Em 27 de abril de 1984 o Presidente Reagan resumiu isto diante de uma seção conjunta do Congresso. Com referência à ajuda

dos Estados Unidos ele disse que os Estados Unidos apoiam:

"Qualquer acordo entre os países da América Central para a retirada — sob absolutas condições verificáveis e de reciprocidade — dos conselheiros de segurança e militares estrangeiros, e tropas;

Reintegração dos grupos de oposição no processo político de todos países e competição pelas urnas e não pelas armas".

"Qualquer acordo verificável e recíproco entre os países da América Central no sentido de recusar o apoio a insurreições nos territórios vizinhos". E

"Qualquer acordo verificável e recíproco de não importação de armas ofensivas".

Os Estados Unidos participam do ponto de vista de que a minuta de 7 de setembro de "Contadora" necessita ser fortalecida para torná-la efetiva como instrumento para colocar um fim no conflito da América Central. Entretanto, as reservas feitas pelos Estados Unidos a esta minuta de acordo não devem ser comparadas à oposição a um tratado efetivo, o que seria bem vindo e apoiado pelo nosso país.

O quarto objetivo básico da política externa americana é a *segurança às nações ameaçadas na região*. Assistência à segurança é essencial para assegurar a proteção que enseje a efetivação da democratização, do desenvolvimento econômico e de reformas. Sem esta cobertura, as guerrilhas continuarão a provocar a morte e a destruição entre os povos da região.

O apoio de segurança propor-

cionada pelos Estados Unidos destina-se a ajudar a países a se defender individualmente. A assistência neste campo impõe treinamento e equipamento das forças do país assistido, a fim de maximizar a eficiência dele. O objetivo não é criar forças militares grandes e desestabilizadoras como os exemplos de Cuba e Nicarágua.

Os Estados Unidos devem manter também a segurança do comércio do Caribe e linhas marítimas de comunicação. Isto é essencial à prosperidade econômica, à segurança nacional, e ao bem estar e à segurança dos nossos vizinhos ao sul, e aliados da Europa. Não podemos nos esquecer que em casos de emergência na Europa, muitos dos reforços e suprimentos enviados pelos Estados Unidos devem ser enviados via marítima.

O objetivo desta administração é estabelecer como princípio uma política bipartidária de longa duração no Hemisfério, sobre a qual cada administração sucessiva possa continuar a se organizar. Esta política deve estar intimamente interligada aos nossos outros compromissos, e conterà no seu bojo a política da América Central sobre a qual falamos.

Esta política oferece o melhor caminho para proteger os interesses vitais compartilhados pelos Estados Unidos e seus vizinhos. Os avanços feitos em El Salvador, e as iniciativas em todos os lugares da América Central e Caribe, mostram que um começo já foi feito. Para manter o andamento desta política, é necessário:

- Promover os direitos humanos e a liberdade individual;
- Pressionar por contínuas reformas políticas e sociais;
- Controlar a expansão soviética e cubana neste Hemisfério;
- Reconstruir, e, posteriormente, continuar construindo as economias da região. Isto exige que o Congresso atue sobre as solicitações urgentes desta administração, e destine os recursos necessários para implementar as recomendações da comissão bipartidária relativa à América Central.

CONCLUSÃO

Em conclusão, enfrentamos dois problemas: as condições da América Central e a disposição dos soviéticos e cubanos em explorá-las. Precisamos responder aos dois desafios. É essencial que indiquemos as condições que fazem da região um alvo tão vulnerável. Precisamos encorajar as reformas e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo faz-se mister prover a necessária proteção militar sob a qual as reformas e o desenvolvimento possam se processar.

É nossa firme convicção que esta política acha-se corretamente baseada em quatro elementos, a saber: apoio a democracia e aos direitos humanos, desenvolvimento econômico, diálogo e negociação e assistência à segurança. A América Central está muito próxima de nós. Suas necessidades são urgentes e seu futuro afeta a todos nós. É tão torturante a história da América Central que nem os aspectos militares, econômicos ou

sociais da crise podem ser considerados independentemente um do outro. A menos que um progresso rápido possa ser feito nas frentes política, econômica e social, a paz na frente militar será ilusória e frágil.

Em segundo lugar, as raízes da crise são tanto autóctones como alienígenas. Os descontentamentos são reais. E para a maior parte da população as condições de vida são miseráveis; assim como a Nicarágua estava amadurecida para a revolução, também as condições que convidam a revolução estão presentes em todos lugares da região. Mas estas condições têm sido exploradas por forças estrangeiras hostis — especialmente, por Cuba, apoiada pela União Soviética e agora operando através da Nicarágua — o que tornará qualquer revolução dominada pelos comunistas em um estado totalitário, ameaçando a região e roubando ao povo suas esperanças de liberdade.

Terceiro, como afirmamos no princípio, as reformas autóctones, mesmo as revoluções nativistas, não constituem uma ameaça à segurança dos Estados Unidos. Mas a intrusão de potências estrangeiras agressivas explorando os sofrimentos locais para expandir sua própria influência política e controlé militar, é uma séria ameaça aos Estados Unidos e ao Hemisfério inteiro.

Quarto, nós temos interesse humanitário em aliviar a miséria e ajudar o povo da América Central a satisfazer suas necessidades econômicas e sociais e, juntos com outras nações do Hemisfério, te-

mos interesse nacional em fortalecer as instituições democráticas em qualquer lugar do Hemisfério onde elas estejam enfraquecidas.

Quinto, a América Central necessita de ajuda, tanto material como moral, governamental e não-governamental. Tanto os apelos de consciência quanto os de avaliação de nosso próprio interesse nacional exigem que procuremos dar esta ajuda.

Sexto, a solução dos problemas da América Central depende dos

próprios centro-americanos. Eles precisam de nossa ajuda mas somente nossa ajuda não é suficiente. Reformas internas, assistência externa, esforços próprios, mudanças na política econômica, tudo isso é necessário e deve ser coordenado. Para isso outras nações com capacidade de fazer algo, não somente aquelas deste Hemisfério, mas da Europa e da Ásia, deveriam concentrar seus esforços.

Sétimo, a crise não esperará, não há tempo a perder.

(Tradução do Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho)



O General-de-Brigada Clarke M. Brintnall, do Exército dos EUA, é formado pela Academia Militar de West Point em 1958, possui o curso da Escola de Comunicações (Forte Monmouth, Nova Jersey), de pára-quedista, realizado em Forte Benning (Geórgia), e da Escola de Guerra do Exército de seu país. Além disso, tem mestrado em Administração de Comércio Internacional e Governo efetuados, respectivamente, Universidade Norte-Americana e do Arizona, bem como diploma de pós-graduação em Segurança Nacional e Internacional da Universidade de Harvard. Serviu na Alemanha, no Irã e no Vietnã, onde comandou o Destacamento de Informações da 1ª Divisão de Cavalaria Aerotransportada. Integrou, também, o Estado-Maior do Comando Sul, no Panamá, o Comando de Forças de Emprego Rápido, na Flórida o Gabinete da Junta de Chefes de Estado-Maior, a Comissão, Brasil-Estados Unidos de Defesa, a Junta Interamericana Para Defesa e a Comissão México-Estados Unidos Para Defesa. Foi encarregado da Região Interamericana no Gabinete do Subsecretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, adjunto do Adido Militar e Adido Militar dos EUA no Brasil, cargo que acaba de deixar para tornar-se chefe de todos os adidos aeronáuticos, navais e do Exército norte-americanos, no Pentágono.